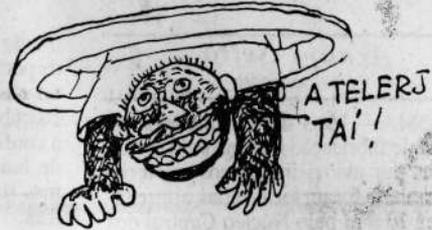


MILLOR

## NASCIMENTO

Embora os modernos se prendam à crença de que se nasce apenas de duas maneiras, pelo órgão sexual da mãe ou através de uma operação comercial chamada cesariana, a história mostra que nem sempre foi assim. Castor e Polux, por exemplo, nasceram de um ovo. Clitemnestra também. Minerva saiu prontinha e armada do crânio de Júpiter. Galatéia começou a vida como bloco de mármore, ou de granito, sei lá, e quem lhe deu vida foi o pai, Pigmalião. Tudo isso é da mitologia, mas eu próprio, noutro dia, vi um banqueiro nascendo prontinho de um decreto-lei do palácio do Planalto, um governo militarista saindo de um buraco negro do Congresso, e um operário da Telerj vindo à luz de um buraco sujo na praça General Osório.



JORNAL DO BRASIL

## A emenda de 22 de março

José Serra

**N**ão chegou a surpreender o fato de que muitos dos constituintes que votaram a favor do presidencialismo como o sistema de governo para o Brasil ignorassem o conteúdo da emenda que foi aprovada. Dificilmente poderia ser de outra forma, face à improvisação que cercou a costura da emenda e à heterogeneidade da coalizão que garantiu a mais importante vitória do presidente Sarney dentro da Constituinte.

Tal coalizão reuniu os presidencialistas convictos, os "presidentistas" (que votam segundo a orientação direta do governo) e os dois partidos à esquerda, PT e PDT, que fecharam questão em torno do assunto. No caso destes dois partidos, tanto ou mais do que a doutrina, influiu a maior chance de crescimento eleitoral que ambos vislumbram para si próprios num sistema de governo parecido com o atual.

O ponto mais crítico do sistema aprovado se refere à possibilidade de a Câmara dos Deputados destituir um ministro isoladamente mediante iniciativa de um terço de seus membros e aprovação de dois terços. Esse dispositivo pretende "parlamentarizar" o presidencialismo mas, de fato, só faz introduzir um poderoso instrumento de instabilidade no funcionamento do Poder Executivo e nas relações deste com o Legislativo, além de ampliar a base e o potencial fisiológico dessas relações, já amplíssimos dentro do sistema presidencialista.

Neste sistema, o presidente da República é o responsável primeiro pela condução do governo, pela escolha dos ministros e pela orientação de cada um dos ministérios. Não há justificativa para destituir um ministro pelo Congresso sem que o presidente também não o seja. Já no parlamentarismo a chefia do governo cabe ao primeiro-ministro e o gabinete ministerial é aprovado, no que se refere a seus membros e seu programa, pelo Parlamento, que pode também destituir o conjunto do ministério. Ao mesmo tempo, no entanto, a Câmara pode ser

dissolvida, convocando-se novas eleições, caso haja impasses prolongados na formação do ministério.

Mas não se trata apenas de uma questão de doutrina. Na prática, o dispositivo citado poderia ser desastroso. Mediante uma coalizão de adversários políticos ou ideológicos, interesses regionais e contrariedades fisiológicas e, em certos casos, devido a articulações de colegas do próprio ministério ou do próprio Presidente da República (dependendo da eventual obtusidade do seu estilo de atuação), seria fácil apresentar a moção de censura a um determinado ministro, dificultando assim o exercício normal de suas funções. Mesmo que, no final, esse ministro não fosse destituído, futuramente sentir-se-ia sempre ameaçado.

Não obstante a evidente inconveniência do dispositivo citado, alguns parlamentaristas e setores "progressistas" que estão com má consciência por terem votado no presidencialismo têm procurado não apenas manter o dispositivo como inclusive reduzir o "quorum" de dois terços para o de maioria, mudança que facilitaria o processo de destituição ministerial, estilo "caça-frango" em campo solto, tão pernicioso à democracia chilena antes de Pinochet. Neste caso, o equívoco tornar-se-ia ainda maior e foi esse alerta que fizemos ao plenário, expressando, aliás, a posição de inúmeros parlamentaristas que estão longe de desejar ou praticar a política do "quanto pior melhor". Se é para termos um sistema presidencialista que seja o menos ruim possível.

De todo modo o impasse continua, pois a emenda que suprime a exigência de dois terços é do tipo "destaque para votação em separado" (o famoso DVS concebido pelo Centrão e que tem dado tanta dor de cabeça aos seus integrantes). O DVS requer maioria absoluta dos Constituintes (280) para que o dispositivo que estiver sendo apreciado permaneça no texto, sendo difícil obter esse número em questões controversas.

A emenda presidencialista aprova-

da vai mais longe nas suas fraquezas. Não diz, por exemplo, como deve ser eleito o vice-presidente da República: mediante votação própria, como na Constituição de 1946, ou automaticamente junto ao candidato à presidente que é seu companheiro de chapa? Além disso, a emenda, folcloricamente, prevê uma espécie de "cartão amarelo" a ser entregue a ministros, mediante um dispositivo cujo conteúdo é mais ou menos assim: "se um ministro for convocado pelo Senado ou pela Câmara e seu depoimento ou suas respostas não agradarem, essas casas poderão, no momento seguinte e por maioria de dois terços, exprimirem sua discordância". Para quê? Como no versinho de Ascenço Ferreira: para nada.

Outra jóia, de inutilidade ou grande confusão, está solta no artigo 95 da emenda aprovada pelos presidencialistas, "presidentistas", PT e PDT: "Uma vez em cada sessão legislativa, após o primeiro ano de governo, o Presidente da República poderá submeter ao Congresso Nacional medidas legislativas que considera programáticas e de relevante interesse nacional. O Congresso Nacional, em sessão conjunta, apreciará as medidas programáticas no prazo de trinta dias, deliberando pela maioria de seus membros."

Afora a ruindade da redação, cabe notar o ministério que cerca o significado de "medidas legislativas programáticas". Porém, mesmo que tal mistério fosse decifrado, tudo ficaria ainda a critério do Presidente da República. E para que o Presidente iria arranjar sarna para se coçar?

Os aspectos falhos da emenda presidencialista aprovada são apenas um dos rebentos da "terça-feira gorda", talvez o mais formal e o menos disforme entre os que nasceram juntos nesse dia e por cujas conseqüências o país poderá pagar caro. Tomara não seja assim, mas infelizmente é provável que seja. E, como diria Octávio Paz, o futuro será a grande vítima.